

## **Diálogos sobre gênero e diversidade na escola: práticas da Psicologia na educação profissional técnica de nível médio**

Thaysa Zubek Valente<sup>1</sup>

**Resumo:** A escola participa da subjetivação dos indivíduos, difundindo normas sociais e padrões de conduta, de modo a se constituir como um lugar historicamente marcado pela disciplinarização dos corpos-sujeitos. O que acontece muito frequentemente nas escolas é que esse parâmetro de normalidade, o da heterossexualidade, produz práticas pedagógicas que reforçam as desigualdades de gênero, a patologização e o preconceito para com as identidades ou expressões dissidentes, na medida em que se baseiam em valores morais, religiosos e aos saberes biomédicos presentes no imaginário e na condução das vidas das pessoas que integram a comunidade escolar, e que a sustentação da norma da heterossexualidade se dá também pelas vias de captura dos sujeitos que fogem à norma, e são marginalizados. Ressignificar essas formas de ver e compreender esses corpos-sujeitos compreende pautar a sexualidade em uma perspectiva ético-política pela qual se possa respeitar a autonomia e garantir o respeito aos direitos humanos dos indivíduos na construção dos seus corpos e no exercício da sua sexualidade. O que requer uma transformação desse espaço, abrindo-se à diversidade dos sujeitos e suas vivências, desconstruindo padrões de normalidade e desnaturalizando práticas de violência. As ações que compõem esse relato de experiência foram desenvolvidas no Instituto Federal do Paraná – Campus Irati. Buscamos, com as intervenções realizadas, promover o reconhecimento, por parte das(os) estudantes, das relações de poder que compõem nas relações de gênero e de como essas últimas participam da sua constituição enquanto indivíduos, mobilizando reflexões sobre a urgência de se produzir práticas de enfrentamento à violência que se manifesta em discursos de ódio, fobias de gênero e crimes contra a vida. Em todas essas ações, as(os) estudantes trouxeram à tona discursos e vivências marcadas pela heteronormatividade, que revelam a realidade de uma sociedade que ainda carece de práticas de respeito e garantia dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, percebemos a inclinação da maior parte das/dos adolescentes em, nas suas próprias vidas e relações, quebrar tabus e preconceitos e reconstruir padrões de sociabilidade estabelecidos.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidades; Psicologia; Educação.

### **Introdução**

O lugar da escola na formação dos sujeitos, no seu engendramento, não é apenas ancorado na educação formal senão também o é nos discursos e práticas sociais que circulam no espaço escolar, marcando corpos, circunscrevendo

---

<sup>1</sup>Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Psicóloga do Instituto Federal de Educação do Paraná – Campus Irati. Irati-PR, Brasil. E-mail: thaysavalente@uol.com.br.

condutas normais e desviantes, regulando modos de ser, sentir e se relacionar, a partir de padrões de normalidade produzidos por saberes médicos, psiquiátricos, psicológicos e pedagógicos, que tratam de compreender, explicar e elaborar técnicas de intervenção sobre os corpos e subjetividades no que tange a forma como esses atuam sobre a performance<sup>2</sup> (BUTLER, 2003) de gênero e sobre o exercício da sua sexualidade. Vista assim, a escola faz parte de uma maquinaria de produção de sujeitos referenciados em conceitos e modelos do “normal” (FOUCAULT, 1988), e a norma neste caso é a matriz da heterossexualidade, dentro da qual a instituição escolar e o sistema educacional se organizam.

O corpo é assinalado desde a mais tenra idade dentro dessa matriz, e a heterossexualidade como norma é (re)produzida nas instituições e nas relações sociais por onde esse corpo transita e se territorializa. Há um conjunto de símbolos e significados que são atribuídos ao corpo no meio social e constituem o que Grossi (1998) define como “assinalamento de sexo”, e imprimem nele não apenas uma marca biológica, mas subjetiva e social, abrindo (ou fechando) caminhos, pelo nome, roupas, quarto, brinquedos, modos de tratamento para com o corpo-sujeito, para a ocupação – ou desocupação – de um lugar de existência em função do gênero. Sobre esse sujeito e seu lugar são depositadas expectativas e esperanças comumente voltadas a um dever-ser. Ou seja, a continuidade fixada, histórica e culturalmente, por meio de estratégias de saber e poder, entre sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2003), e sustentada pela matriz da heterossexualidade, é recobrada por práticas disciplinadoras: normalizadoras (que categorizam e marginalizam os sujeitos), corretivas e punitivas.

[...] é dado como pressuposto que quem tem pênis é “homem” e, portanto, deve sentir-se “masculino” e comportar-se como tal. De modo análogo, quem tem vagina é “mulher”, deve sentir-se “feminina” e comportar-se como tal. Entre tais comportamentos, desejos e práticas sexuais são

---

<sup>2</sup> Butler (2003) considera que o gênero, por não possuir essência nem existência pré-discursiva – assim como o são corpo e sexo – é um ato. São os estilos corporais que se expressam no corpo, é pela representação corporal repetida estilística e esteticamente no corpo que o gênero se constitui. Contudo, “Como efeito de uma *performatividade* sutil e politicamente imposta, o gênero é um ‘ato’, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do ‘natural’ que, em seu exagero, revelam seu *status* fundamentalmente fantasístico” (BUTLER, 2003, p. 198-199; 211), de modo que o sujeito pode subverter, pelo corpo, as repetições pelas quais se define e se mantém a divisão binária dos gêneros: como se sentar, como e o que vestir, como sentir, como se relacionar, etc., como ser (e ser lido/interpretado como) menina/mulher e ser menino/homem; criando, assim, novos estilos – não-normativos.

fundamentais. O homem tem que desejar a mulher e a mulher, o homem (CARRARA et al., 2010, p. 20).

No entanto, por haver modos de subversão (linhas de fuga, em termos deleuzianos) às práticas disciplinadoras que compõem os processos de subjetivação, não há de fato uma correlação linear, tal como se pretende normatizar e disciplinar. O corpo com genitália não determina o “ser homem” ou “ser mulher”, o se comportar de modo “feminino” ou “masculino”, ou o desejo por um ou outro gênero. Assim, a construção do desejo heterossexual como obrigatório e hegemônico em nossa sociedade opera pelo que Gayle Rubin (1993) denomina heterossexualidade compulsória<sup>3</sup> ou obrigatória.

Os discursos que nomeiam e conduzem os corpos, conformando “marcas” ou categorias identitárias pelas quais esses corpos são lidos, produzem técnicas e tecnologias de classificação, divisão e distinção entre os sujeitos, e assim as diferenças são demarcadas e instauradas de modo a constituir relações de poder. O que é afirmado por Louro (2000, p. 62-63):

[...] não é possível ignorar que no processo de atribuição de identidades (e, ao mesmo tempo, de atribuição de diferenças) está em ação um jogo de poder. As identidades, constituídas no contexto da cultura, produzem-se em meio a disputas, supõem classificações, ordenamentos, hierarquias; elas estão sempre implicadas num processo de diferenciação.

Sendo assim, a violência normativa se impõe no modo como os espaços e as relações estão organizadas, dentro de uma estrutura heteronormativa, fazendo com que a vida das pessoas que fogem à norma não seja possível ou não possa ser efetivamente vivida. Vidas sem valor, vidas não vivíveis, vidas que não cabem dentro do sistema heteronormativo de representações, de trânsitos, de territorialidades possíveis a corpos e subjetividades (TONELI; AMARAL, 2011).

Há coisas e há sujeitos que são impensáveis no interior de uma determinada cultura, conforme ensinou Foucault. Eles não se enquadram numa lógica ou num quadro admissíveis àquela cultura, naquele momento. Essas práticas e esses sujeitos transgridem a imaginação, são incompreensíveis e então são recusados, são ignorados.  
[...]

---

<sup>3</sup>A heterossexualidade compulsória é determinada pela divisão dos sexos, divisão socialmente imposta para a instituição do casamento e para a divisão sexual do trabalho, operando pela limitação binária do gênero, as dicotomias feminino-masculino, homem-mulher, e pela coerção da sexualidade feminina. Exclui, assim, o que há de feminino no homem e de masculino na mulher, provocando o distanciamento das características que os aproximam (BRAGA, 2011) por mecanismos que operam nas mais diferentes instituições, incluindo a escola.

A heterossexualidade se constitui, assim, na forma compulsória de sexualidade. Dentro desta lógica, os sujeitos que, por qualquer razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como “minorias” e serão colocados à margem das preocupações de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos “marginalizados” continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004, s.n).

Quando falamos em desigualdades de gênero no espaço escolar, assim como na sociedade em geral, falamos de uma condição social, histórica e culturalmente produzida para manutenção das relações de poder que subordinam mulheres a homens (SAFFIOTI, 2004). Entretanto, se falávamos há algum tempo quase que exclusivamente em desigualdades existentes entre homens e mulheres, atualmente os discursos e práticas de resistência que problematizam e se colocam no lugar de enfrentamento às normativas sociais de gênero dão a ver outras estratificações e marcações sociais que se sobrepõem e/ou fazem surgir novos mecanismos de exclusão, discriminação e violência.

Portanto, não podemos falar mais de gênero nas escolas desvinculado de marcadores sociais como identidade de gênero, orientação sexual, classe social, raça-etnia etc. Também não podemos mais falar apenas de homens e mulheres pautados na divisão binária de gênero, em sua concepção biologicista (BUTLER, 2003), ou seja, pautada na diferença sexual, pois as discussões sobre gênero requerem um olhar sobre a diversidade.

### **A função ético-política da escola e da prática da psicologia escolar**

A escola, constituída como um espaço de disciplinamento dos corpos-sujeitos, como lugar em que se ensina a ser e agir de acordo com as normas sociais, e, deste modo, operando como reprodutora das desigualdades de gênero e como instituição excludente (na qual a diversidade é ofuscada e corrigida – não raro, a partir de estratégias punitivas e violentas), deve ser repensada desde dentro, desde as suas bases, a sua estrutura, a sua histórica função social, a fim de se transformar e se recompor sobre novos princípios e a partir de novos olhares sobre os sujeitos. Assim, aqueles que fazem a escola devem se perguntar: o que queremos da escola? como queremos educar? educar para quê e como? como enxergamos os sujeitos-estudantes e de que modo queremos que eles participem

das práticas pedagógicas? Um caminho possível para a busca dessas respostas parte do entendimento de que a escola é “uma instituição social que consiste em fomentar mudanças, desafiar nos sujeitos reflexões sobre si e o contexto social no qual estão inseridos” (GRAUPE; BRAGAGNOLLO, 2015, p. 9).

Se a escola pode fomentar mudanças, essas são possíveis por meio dos atores que compõe essa instituição, de tal modo que a atuação da(o) profissional da Psicologia nesse contexto, quaisquer que sejam suas propostas de ação, e aqui, mais especificamente aquelas referentes à gênero, sexualidade e diversidade, deve estar comprometida(o) a fomentar novos modos de invenção do sistema educativo mas, sobretudo, de subjetividades (sendo essas aquelas que mobilizam a transformação do sistema). Para tanto, tomo emprestada as convocações que Zanella e Molon (2007) e de Kupfer (2004) fazem, desde diferentes lugares, sobre a abertura de fissuras no contexto escolar, respectivamente: “Nas escolas pulsam vidas que clamam por espaços de escuta e vazão para que possam eclodir (...) que podem contribuir para a transformação daquele lugar que aprisiona em lugar de invenção” (p. 264), e se os discursos e práticas institucionais tendem à repetição, as falas e modos de existência dos sujeitos provocam rachaduras naquilo que está cristalizado e *“É exatamente como ‘auxiliar de produção’ de tais emergências que um psicólogo pode encontrar seu lugar”* (p. 59; grifo da autora).

A partir deste lugar, este trabalho consiste no relato de experiência das ações desenvolvidas no contexto do Instituto Federal do Paraná – IFPR, Campus Irati, sobre os temas gênero e diversidade, desdobrados na problematização das seguintes temáticas: produção dos corpos-gêneros e desigualdades de gênero; lugares sociais (im)possíveis a homens, mulheres e pessoas não-binárias; violências de gênero; sexualidade, prevenção a ISTs e gravidez .

O trabalho com os temas se deu por meio de oficinas, rodas de debate, intervenções grupais, de propostas de um projeto de extensão e de ensino, ambos intitulados: “Desconstruindo tabus e preconceitos para construir a (com)vivência com as diferenças: diálogos sobre gênero e diversidade na escola” (aprovados, respectivamente, pelo Edital n. 14/2015 da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação – PROEPI e pelo Edital de 2016 do Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS, do Instituto Federal do Paraná – IFPR), que contaram com a participação de estudantes bolsistas.

## **Gênero e diversidade na escola: práticas possíveis**

O relato apresentado nesta seção será feito em ordem cronológica e em caráter descritivo, de modo a referir as condições e momentos em que as ações foram realizadas, quais foram os objetivos pretendidos com elas, e, ao final, considerações gerais sobre os resultados percebidos de modo global, a partir das diferentes intervenções efetivadas.

No ano de 2015, realizamos uma oficina, intitulada “O que pode o corpo?”, sobre gênero, diversidade e práticas de violência, no I Seminário de Inovação, Pesquisa e Extensão do campus, da qual participaram estudantes, servidoras e docentes do campus, e na qual foram levantadas, nos diálogos, críticas ao modo como a diversidade sexual é tratada nas relações sociais bem como as diversas formas de opressão que as mulheres sofrem no cotidiano (a questão da exploração dos corpos e desejos, sobretudo). Para esse momento, foram utilizados recursos audiovisuais (vídeos e material em slide), além de materiais de sensibilização, como imagens e tarjetas de papel com conceitos e questionamentos para incitar o diálogo. A oficina foi iniciada com uma experimentação estética, com imagens (fotos de pessoas que não correspondem às normativas pautadas na divisão binária dos gêneros) e cartazes com frases provocativas sobre diversidade sexual, limites e potencialidades do corpo, distribuídos nas cadeiras (dispostas em círculo) que foram posteriormente ocupadas pelas participantes; esse momento foi bastante importante para fazer despontar o diálogo sobre os temas propostos e provocar desconfortos dos olhares e, por consequência, das afetações.

Em maio de 2016, propusemos um evento em alusão ao Dia Internacional de Combate à Homofobia e outras Fobias de Gênero (16 de maio), com três dias de atividades, nos quais contamos com um cine-debate do filme “Meninos não Choram” (1999/EUA), uma roda de conversa, com participantes externos, que trataram do tema em diferentes âmbitos: na escola, no trabalho, na família, na política etc., e uma oficina de produção de cartazes, sobre o enfrentamento das fobias de gênero e o respeito à diversidade.

Da exibição do filme, participaram poucas(os) estudantes e algumas(ns) servidoras(es). O que revelou a dificuldade de que as pessoas têm de se implicar em temas como esse, visto que essa foi uma atividade proposta em contraturno e que muitas(os) docentes mantiveram suas atividades de ensino no mesmo horário

em que ocorria a atividade. Assim foi também nos outros dois dias. Apenas uma professora propôs a alteração das atividades de ensino do dia para a participação no cine-debate.

Do filme, decorreram debates sobre as práticas corretivas que incidem sobre os corpos-sujeitos que fogem à heteronorma, tais como as de estupro, que são banalizadas e, constantemente, subnotificadas (porque, por vezes, silenciadas, e mantidas em sigilo); sobre o conservadorismo que marca as práticas de violência, naturalizando-as e tende a promover a exclusão e a morte (simbólica e real) das diferenças expressivas ou dos sujeitos considerados desviantes, dissidentes (corpos e sujeitos que, por apontarem para um suposto desvio, desacomodam verdades, propõem questionamentos e incômodos à norma); e sobre o tratamento das autoridades em relação às denúncias de estupro ou outros tipos de violência, o que fez refletir sobre a desqualificação das/dos profissionais que deveriam acolher as vítimas mas acabam por culpabilizá-las ou revitimizá-las quando do atendimento (tal como acontece no filme, quando o policial que recolhe informações sobre a ocorrência, pergunta: “Mas por que você não simplesmente age como mulher?” e “Durante o ato você estava em que posição?”).

A roda de conversa contou com a participação de um professor e pesquisador externo, que falou sobre a sua pesquisa de mestrado, fazendo problematizações a respeito do “Dia do Orgulho Hétero” e os problemas de nomeação das identidades de gênero e orientação sexual, em suas múltiplas possibilidades de categorização; representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências do município de Irati-PR, que trataram da rede de assistência e proteção disponível à população LGBT, e as dificuldades presentes no trabalho pela garantia do direito de acesso e dos serviços ofertados a essas pessoas, que continuam à margem da cidadania que deveria ser assegurada pelos equipamentos públicos; dois representantes do Coletivo LGBT Iratiense, que expuseram as potências e os entraves das suas trajetórias de vida, marcadas pela afirmação identitária e de orientação sexual não-normativas, que atravessam a autoaceitação, a aceitação e respeito da família, o contexto escolar e o olhar e tratamento dos outros (pares), a religião etc.; e as bolsistas do projeto de extensão, que também participaram tratando da homofobia na família e na escola como um problema grave de violência que deve ser firmemente combatido.

Em junho, realizei uma intervenção com o primeiro ano do Ensino Médio Técnico Integrado em Informática e um ato envolvendo todas(os) as(os) estudantes, ambos contra a “Cultura de Estupro” e todo tipo de conduta que a legitima, em alusão ao estupro coletivo de uma adolescente, ocorrido no Rio De Janeiro, que ficou conhecido nacionalmente. No ato, procuramos tratar de todos os tipos de violência contra a mulher bem como do modelo de masculinidade hegemônica que faz com essa prática seja perpetuada, e sugestões de como essas violências podem ser enfrentadas, denunciadas e transformadas. Para o ato, contamos com a participação de estudantes do IFPR-Campus Irati que, no momento do intervalo entre as aulas do período e sem aviso prévio às turmas, foi iniciado pela professora de História do campus, que fez a leitura do poema “A noite não dorme nos olhos das mulheres” e foi seguido pelas(os) estudantes, que, distribuídos em diferentes pontos dos corredores e escadas, proferiram frases com dados estatísticos de casos de violência contra a mulher bem como da realidade dos agressores (e da produção de sujeitos – homens – violentos, dentro das tramas da educação machista, da masculinidade hegemônica) e outras indicando estratégias de luta ou práticas de resistência para combater e modificar essas realidades.

A conversa em sala se deu a partir da demanda de um docente responsável por uma disciplina técnica do curso, com quem as(os) estudantes dialogaram sobre o ocorrido e começaram a apresentar os seus posicionamentos. Minha entrada em sala se deu numa das aulas desse professor, e o diálogo foi realizado a partir de material audiovisual, com algumas imagens e textos em slides, mas iniciado por um vídeo disponível no YouTube, intitulado “Para além dos seios”, que aborda a “cultura do estupro” desde uma perspectiva histórica, do período colonial, e racial, de modo a sensibilizar as(os) estudantes para a visualização do lugar que o corpo das mulheres, e sobretudo da mulher negra, ocupa como objeto de desejo e exploração sexual e de dominação masculina dentro da sociedade capitalista e machista que reproduz esse modo de captura dos corpos-subjetividades das mulheres.

Como resultado do projeto de extensão<sup>4</sup> (desenvolvido de março a novembro de 2016) citado, realizamos cinco encontros com estudantes de uma escola estadual do município. Nossa intenção, a partir da indicação do Núcleo Regional de Educação,

---

<sup>4</sup> A descrição e análise detalhada pode ser encontrada no link: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/173894/TCC%20FINAL%20THAYSA.pdf?sequence=1>, como trabalho final do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola .

era a de ter realizado os encontros programados com três escolas estaduais, sendo uma delas da região rural. Em contato com as escolas, as direções e equipes foram favoráveis e receptivas, e inclusive sensibilizadas para a intervenção depois de um pequeno momento de diálogo e formação que fizemos dentro da semana pedagógica de cada uma delas. No entanto, devido ao indeferimento do processo de aprovação do projeto pela Secretaria Estadual de Educação (visto que as ações teriam, a princípio, como lócus, as próprias escolas), acabamos executando o trabalho completo com apenas uma escola. Com as outras duas, apenas iniciamos, sem ter sido possível dar continuidade.

Os encontros eram realizados uma vez por semana, completando cinco, e organizados a partir de diferentes temáticas os seguintes temas, previamente escolhidos: “Gênero e Cotidiano”, as desigualdades de gênero e os processos de subjetivação que produzem sujeitos desde uma lógica identitária cis-hetero-normativa; “Lugares sociais (im)possíveis a homens, mulheres e sujeitos que não correspondem aos padrões cis-hetero-normativos – a questão da identidade e expressão de gênero e da orientação sexual”; “Violências de gênero – as lutas pelo respeito e garantia da manifestação da diversidade sexual, desde uma perspectiva dos direitos humanos e do exercício da cidadania”; e, por fim, “Sexualidade, prevenção a ISTs e gravidez precoce”.

Como resultado do projeto de ensino (também desenvolvido de março a novembro de 2016), foram elaborados dois jogos interativos e pedagógicos: um jogo da memória sobre ISTs, formado por um conjunto de cartas em que constam os nomes das doenças e imagens que caracterizam seus sintomas, e outro, em que constam as descrições; e quatro dominós organizados em quatro conjuntos temáticos, quais sejam: 1. categoria gênero e suas derivações – categorias e definições de identidade de gênero, gênero, expressão de gênero, orientação sexual etc.; 2. diversidade sexual – diferentes identidades e orientações sexuais; 3. violência de gênero/contra a mulher – aspectos sociais e culturais nos quais se sustentam as práticas de violência (tais como a ideologia machista), tipos de violência, Lei Maria da Penha, mecanismos de denúncia e de proteção/acolhimento às mulheres; e 4. fobias de gênero. Tais materiais poderão, por seu caráter lúdico, mostrar-se como um meio facilitador para tratar de assuntos importantes e que exigem um olhar crítico e também a implicação dos sujeitos sobre as problemáticas que envolvem. As(os) estudantes do IFPR-Irati poderão fazer uso desses instrumentos e produzir

conhecimentos e posicionamentos a partir deles, tendo acesso a novos conceitos e ideias sobre temas que fazem parte do seu cotidiano, trocando saberes com suas/seus colegas e docentes.

Em maio de 2017, também realizamos um evento em alusão ao Dia do Combate à LGBTfobia, o “Em debate: fobias de gênero”, no qual evidenciamos não apenas a discussão sobre homofobia, senão também sobre transfobia, ao propormos um cine-debate do filme “Meu nome é Jacque” (que ainda não está em circulação comercial, mas que foi liberado para exibição após autorização da produtora) e uma roda de conversa que teve como participantes uma travesti negra, uma transexual descendente de índios kaingang e quilombolas e um homossexual e drag queen, ligados à educação nas suas atividades profissionais (duas professoras, de nível superior e básico, e um pedagogo de escola rural do acampamento do MST de Cascavel). Na ocasião da roda de debate, cada participante falou do seu lugar, da sua trajetória de vida desde a marcação não-normativa de identidade de gênero e das suas práticas de resistência e denúncia às diversas violências que se incidem sobre os seus modos de existência, recobrando a necessidade de serem vistos e tratados como sujeitos de direito e, assim, de romperem com as constantes negociações (que exigem a aproximação ou adequação aos padrões normativos de gênero, na composição de seus corpos e expressões, atenuando a distância do que é fixado como “normal” dentro dos parâmetros da cis-hetero-normatividade) que precisam fazer para que suas existências sejam passíveis de aceitação (atravessada por violências e discriminações) nos mais diversos lugares e fazeres.

Além dessas duas atividades, alunas(os) realizaram uma performance, recitaram poemas, e organizaram painéis com conteúdos reflexivos sobre a temática e um artista e professor da cidade participou da programação cultural, com a performance “Picadeiro Transviado”<sup>5</sup>.

Essas foram algumas das ações realizadas desde 2015 e outras estão em curso no IFPR-Irati, sendo previstas, ano a ano, em calendário acadêmico e planejamento pedagógico.

Essas ações ainda refletem o lugar de resistência desde o qual esse trabalho se dá, frente a todas as forças contrárias que incidem sobre a inclusão desses temas no espaço escolar, para que voltem a ser ou permaneçam aliados dele.

---

<sup>5</sup> Um trecho dessa apresentação pode ser acessado pelo link: <<https://www.youtube.com/watch?v=sQEVUikmEnA>>.

## Considerações finais

Pudemos perceber, por meio das ações realizadas até agora, de que modo as(os) estudantes se posicionam diante de discursos machistas, de práticas de violência (contra mulheres e pessoas LGBT), da educação heteronormativa de meninos e meninas, do exercício – autônomo e consciente – da sexualidade por homens e mulheres e dos seus direitos sexuais e reprodutivos etc. Inserir os temas gênero e diversidade na escola é uma ação de prevenção e combate às violências de gênero, sejam elas contra as mulheres ou contra a população LGBT e também é uma provocação para a reinvenção das relações de gênero desde um lugar que privilegie relações mais justas, equânimes e respeitadas. Porque a diversidade nos interpela e é interessante que, diante dessa interpelação, possamos re-descobrir a nós mesmos, respondendo às perguntas que não ousamos responder, ou, ainda melhor, fazendo as perguntas que não ousamos nos fazer. Por essas razões é que defendo a proposição de formações que possam qualificar trabalhos (de docentes e outras/os profissionais) dentro de uma perspectiva mais inclusiva e que responda aos atravessamentos e diversidades que constituem os sujeitos, profundamente marcados por normativas de gênero.

## Referências

BRAGA, D. S. Novos/outros corpos, gêneros e sexualidades: experiências de lésbicas, gays e transgêneros no currículo escolar. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/File/62/46>>. Acesso em 07 de junho de 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero** – Feminismo e subversão da identidade. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CARRARA, S. (Org., et al.). **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade**. v.3. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GRAUPE, M.; BRAGAGNOLLO, R. **As Diferenças de Gênero no Espaço Escolar**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. Florianópolis, 1998. Disponível em: <[http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935\\_identidade\\_genero\\_revisado.pdf](http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf)>. Acesso em 9 de agosto de 2016.

KUPFER, M. C. O que toca à Psicologia Escolar. In: KUPFER, M. C.; MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (Orgs.). **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. Capítulo 3. p. 55-65.

LOURO, G. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, jul./dez. 2000, p. 59-76. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/46833/29119>>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. **Labrys, Estudos Feministas, Études Féministes**, ago/dez, 2004, n. 6. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys6/libre/guaciraa.htm>>. Acesso em 08 de maio de 2016.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1919/OTraficoDeMulheres.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 9 de agosto de 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TONELI, M. J. F.; AMARAL, M. S. Gênero, sexo e corpo travesti: abjeções e devires. In: MEDRADO, B.; GALINDO, W. (Orgs.). **Psicologia Social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO**. 1ª ed. Recife: ABRAPSO: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 339-355.

ZANELLA, A. V.; MOLON, S. I. Psicologia (em) contextos de escolarização formal: das práticas de dominação à (re)invenção da vida. **Contrapontos**, v. 7, n. 2, p. 255-268 - Itajaí, mai/ago, 2007. Disponível em: <<http://cdn.ulbra-to.br/texto-para-2102.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2017.